



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO DE 2004



CNPJ 34.028.316/0001-03

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO	2004		2003		PASSIVO	2004		2003																																																																		
Circulante	2.171.400.580,89	1.668.274.910,09	Circulante	1.911.195.263,87	1.459.544.365,50	Disponível	1.097.079.227,13	759.665.925,49	Caixa	118.962.396,61	Bancos	244.238.224,39	Aplicações	733.878.606,13	Créditos	732.008.985,83	Cientes	732.008.985,83	Estoques	83.576.009,77	Despesas Antecipadas	2.184.786,85	Outros Valores e Bens	256.551.571,31	Adiantamentos	67.335.899,73	Valores a Compensar	99.042.984,76	Cobrança Jurídica/Inadimplência	65.132.698,69	Valores a Apurar	4.093.910,87	Outros Créditos	20.946.077,26	Realizável a Longo Prazo	778.168.446,68	Aplicações	657.957.768,86	Imóveis Funcionais	5.995.277,35	Despesas Antecipadas	3.711.550,50	Depósitos Judiciais Trabalhistas	103.126.624,08	Outros	7.377.225,89	Permanente	2.173.201.738,48	Investimentos	6.179.932,37	Imobilizado	2.136.668.751,11	Imóveis	873.817.241,83	(-) Depreciação Acumulada	(200.973.230,03)	Móveis	2.123.430.987,98	(-) Depreciação Acumulada	(640.669.187,42)	(-) Amortização	(18.937.061,25)	Diferido	30.353.055,00	Instalações e Despesas	46.249.196,18	(-) Amortização Acumulada	(15.896.141,18)	TOTAL	5.122.770.766,05	4.451.317.263,76	TOTAL	5.122.770.766,05	4.451.317.263,76

JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA
Presidente

RICARDO HENRIQUE SUÑER CADDAH
Diretor Econômico-Financeiro

CARELOS E. FIORAVANTI DA COSTA
Diretor Comercial

EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS
Diretor de Tecnologia e de Infra-Estrutura

MAURÍCIO COELHO MADUREIRA
Diretor de Operações

ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
Diretor de Administração

ROBINSON KOURY VIANA DA SILVA
Diretor de Recursos Humanos

ILDO RONY DE MOURA
Contador CRC/RS-041.505/T-0

CNPJ 34.028.316/0001-03

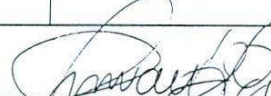
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

R\$

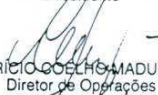
RUBRICA	2004	2003
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	7.011.757.727,62	5.870.228.864,51
DEDUÇÕES	(286.193.185,31)	(257.482.014,30)
Impostos e Contribuições	(286.193.185,31)	(257.482.014,30)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.725.564.542,31	5.612.746.850,21
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(4.935.962.885,11)	(3.791.339.628,81)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.789.601.657,20	1.821.407.221,40
Receitas Operacionais	319.354.511,36	381.452.133,70
Financeiras	319.354.511,36	381.452.133,70
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.831.164.258,22)	(1.942.593.816,75)
Financeiras	(327.006.904,27)	(344.252.189,73)
Administrativas	(1.260.226.499,17)	(1.359.177.213,10)
Treinamento	-	(18.975.913,16)
Despesas de Depreciação e Amortização	(243.930.854,78)	(220.188.500,76)
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	277.791.910,34	260.265.538,35
RECEITAS NÃO-OPERACIONAIS	300.834.652,88	244.054.874,60
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES	578.626.563,22	504.320.412,95
PROVISÕES	(238.990.016,22)	(202.420.167,22)
Provisão para Imposto de Renda	(173.795.832,68)	(147.339.421,01)
Provisão para a Contribuição Social	(65.194.183,54)	(55.080.746,21)
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	(22.707.620,71)	(13.689.987,28)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	316.928.926,29	288.210.258,45

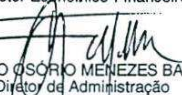

 JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA
 Presidente


 RICARDO HENRIQUE SUNER CADDAH
 Diretor Econômico-Financeiro


 CARLOS E. FIORAVANTI DA COSTA
 Diretor Comercial


 EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS
 Diretor de Tecnologia e de Infra-Estrutura


 MAURÍCIO COELHO MADUREIRA
 Diretor de Operações


 ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
 Diretor de Administração


 ROBINSON KOURY VIANA DA SILVA
 Diretor de Recursos Humanos


 ILDO RONY DE MOURA
 Contador CRC/RS-041.505/T-0

CNPJ 34.028.316/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO


	R\$	
	2004	2003
ORIGENS	610.544.659,29	675.903.658,40
DAS OPERAÇÕES	563.950.425,29	580.470.771,05
Lucro Líquido do Período	316.928.926,29	288.210.258,45
Mais:		
Depreciação e Amortização	243.930.854,78	220.188.500,76
Baixas de Bens Permanentes	3.090.644,22	72.072.011,84
DE TERCEIROS	48.594.234,00	95.432.887,35
Aumento do Exigível a Longo Prazo	46.506.381,48	95.403.087,35
Imóveis recebidos por Doação	87.852,52	29.800,00
APLICAÇÕES	559.069.886,86	656.846.029,59
Aplicações em Investimentos	-	41.769,80
Aplicações no Imobilizado	212.358.692,97	427.328.783,37
Aplicações no Diferido	-	5.477.168,99
Aumento do Realizável a Longo Prazo	202.990.637,52	155.548.371,05
Transferências à União	143.720.556,37	68.449.936,38
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	51.474.772,43	19.057.628,81
ATIVO CIRCULANTE	503.125.670,80	(3.889.713,58)
No início do período	(1.668.274.910,09)	(1.672.164.623,67)
No fim do período	2.171.400.580,89	1.668.274.910,09
PASSIVO CIRCULANTE	451.650.898,37	(22.947.342,39)
No início do período	(1.459.544.365,50)	(1.482.491.707,89)
No fim do período	1.911.195.263,87	1.459.544.365,50


 JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA
 Presidente


 RICARDO HENRIQUE SUNER CADDAH
 Diretor Econômico-Financeiro


 CARLOS E. FIORAVANTI DA COSTA
 Diretor Comercial


 EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS
 Diretor de Tecnologia e de Infra-Estrutura


 MAURÍCIO COELHO MAFUREIRA
 Diretor de Operações


 ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
 Diretor de Administração


 ROBINSON KOURY VIANA DA SILVA
 Diretor de Recursos Humanos


 ILDO BONY DE MOURA
 Contador CRC/RS-041.505/T-0

CNPJ 34.028,316/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATÉ 31.12.2004

	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	INVESTIMENTOS		
Saldo em 31/12/2002	1.143.668.303,20	31.613.190,81	45.639.106,26	361.032.596,30	289.324.667,97	1.871.277.864,54
Acréscimos às Reservas:						
2 Imóveis recebidos/devolvidos doação		29.800,00				29.800,00
0 Resultado do período					288.210.258,45	288.210.258,45
3 Destinações:						
Reserva Legal			14.410.512,92		(14.410.512,92)	
Dividendos da União					(68.449.936,38)	(68.449.936,38)
Saldo em 31/12/2003	1.143.668.303,20	31.642.990,81	60.049.619,18	361.032.596,30	494.674.477,12	2.091.067.986,61
Acréscimos às Reservas:						
2 Imóveis recebidos/devolvidos doação		87.852,52				87.852,52
0 Recolhimento à União					(68.449.936,38)	(68.449.936,38)
0 Resultado do período					316.928.926,29	316.928.926,29
4 Destinações:						
Reserva Legal			15.846.446,31		(15.846.446,31)	
Dividendos da União					(75.270.619,99)	(75.270.619,99)
Saldo em 31/12/2004	1.143.668.303,20	31.730.843,33	75.896.065,49	361.032.596,30	652.036.400,73	2.264.364.209,05

 JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA
 Presidente

 RICARDO HENRIQUE SUNER CADDAD
 Diretor Econômico-Financeiro

 CARLOS E. FIORAVANTI DA COSTA
 Diretor Comercial

 EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS
 Diretor de Tecnologia e de Infra-Estrutura

 MAURÍCIO COELHO MADUREIRA
 Diretor de Operações

 ANTONIO OSÓRIO MENEZES BANASTA
 Diretor de Administração

 ROBINSON KOURY VIANA DA SILVA
 Diretor de Recursos Humanos

 ILDO RONY DE MOURA
 Contador CRC/RS-041.505/T-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2004

(Valores em R\$)

NOTA 1 - DA ENTIDADE**CARACTERIZAÇÃO**

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com sede em Brasília - DF, no Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco A, CNPJ/MF 34.028.316/0001-03, é Empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto-Lei 509, de 20/03/69, vinculada ao Ministério das Comunicações, com capital social no montante de R\$ 1.143.668.303,20, totalmente integralizado pela União. Rege-se pela legislação federal e por seu Estatuto. Sua estrutura administrativo-operacional é constituída pela Administração Central – AC, composta pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pela Diretoria, pelos Departamentos e Órgãos do mesmo nível e pela Administração Regional, representada por 24 Diretorias Regionais.

ÁREA DE ATUAÇÃO

A Empresa atua na área postal desde 1969, sendo detentora da exclusividade sobre os serviços de recebimento, transporte e entrega de carta, cartão postal e correspondência agrupada e o recebimento, transmissão e entrega de telegramas, conforme previsto na Lei 6.538/78.

Atua na área financeira como agente arrecadador - em parceria com os órgãos do Governo, prestando serviços de pagamento a aposentados e pensionistas da previdência social e outras atividades semelhantes - e como correspondente bancário na prestação de serviços básicos de abertura de contas corrente e de poupança, saques, depósitos, bem como recebimento de títulos, dentre outros.

Na área comercial, vem expandindo as suas atividades, colocando à disposição da população 25,9 mil pontos de venda de produtos e serviços postais, 26,6 mil Caixas de Coleta e 4,8 mil módulos de Caixas Postais Comunitárias, correspondendo a 489.240 unidades. São mantidas por permissionários 289 ACCs tipo I, projetadas de acordo com o novo modelo de unidades para atendimento de varejo.

A estrutura operacional da ECT conta com uma rede logística de 939 unidades de Tratamento e Distribuição, 150 Regiões Operacionais – REOPs, 8 Terminais de Carga sendo 4 aéreos e 4 de superfície e 37 Centros de Transportes Operacionais.

NOTA 2 - AVALIAÇÃO DOS VALORES APRESENTADO

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com a Legislação Societária vigente, Lei 6.404/76 e em observância à Lei 9.249/95 (artigos 4º e 5º), que trata da extinção da Correção Monetária de Balanço.



NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As Receitas e Despesas foram processadas descentralizadamente em vinte e quatro Diretorias Regionais e na Administração Central, a qual consolida mensalmente os balancetes para geração do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Empresa.

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como a provisão para devedores duvidosos, constituída até o limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

a) Estoques: avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera os preços de mercado e é inferior ao custo de reposição. A partir do mês de novembro de 2004 os registros passaram a ser de forma automática, executados pelo Módulo de Estoque da Solução Integrada de Gestão - ERP, contemplando todas as operações de entrada e saída de produtos, materiais e mercadorias envolvendo o Estoque da Empresa.

b) Investimentos: registrados pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até o exercício de 1995 e deduzidos da provisão necessária à sua realização a valor de mercado.

c) Imobilizados: demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 1995, observadas as Leis 7.799/89 e 9249/95 e Decreto 332/91. Os gastos incorridos com manutenção e reparos, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou vida útil) são capitalizados, enquanto que os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Os custos financeiros com juros incorridos com o projeto de Mecanização da Triagem não são capitalizados.

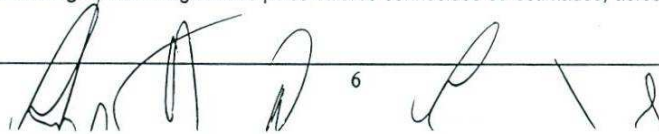
A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil. As principais taxas aplicadas são as seguintes:

- Imóveis: 4% a.a.
- Equipamentos de Informática: 20% a.a.
- Instalações e Máquinas/Equipamentos: 10% a.a.
- Veículos: 20% a.a.
- Outras imobilizações: 20% a.a.

d) Diferido: demonstrado pelo valor de custo, ajustado por amortizações a partir da data em que começam a ser usufruídos os benefícios, em períodos que não ultrapassem o prazo máximo de dez anos, estabelecido na Lei 6.404/76.

e) Demais ativos: apresentados pelo valor de realização acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até o exercício de 1995.

f) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo: registrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias.



g) **Provisões:** os critérios de constituição das provisões registradas durante o exercício foram os seguintes:

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - constituída ao final do exercício, com base no percentual correspondente à relação entre a soma das perdas ocorridas nos últimos três anos e o saldo da conta de Faturamento a Receber, somente de clientes particulares, existente no final dos anos correspondentes aos três últimos exercícios;

Provisão para Alcances - constituída mensalmente, à base de 90% do saldo registrado na conta Alcances, para absorver perdas causadas por detentores de valores e/ou bens da Empresa;

Provisão para 13º Salário - constituída mensalmente, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, e encargos sociais respectivos, com base nas informações disponibilizadas pelo Sistema de Gestão de Pessoal (POPULIS);

Provisão para Férias - constituída mensalmente, com base nos registros do Sistema de Gestão de Pessoal (POPULIS), pelo valor efetivo dos períodos aquisitivos, individualmente, considerando os salários, gratificação de férias e encargos sociais respectivos.

Provisão para Prejuízos a Apurar - desmembrada em delito interno e externo, sendo que, no caso de delito externo, a provisão foi constituída mensalmente à base de 90% e no caso de delito interno em 50% do saldo registrado nos respectivos detalhes da conta Prejuízos a Apurar. É utilizada para fazer face às perdas referentes a roubos, furtos, extravios e espoliações, cujos processos se encontram em fase de apuração;

Provisão para Agência de Correios Franqueada Inadimplente (ACFs) - constituída mensalmente, à base de 50% do saldo registrado nas contas ACFs Inadimplentes, Inadimplentes com Cobrança Judicial, Descredenciadas com Cobrança Judicial e Tomada de Contas Especial, para absorver possíveis perdas referentes a inadimplências das Agências de Correios Franqueadas;

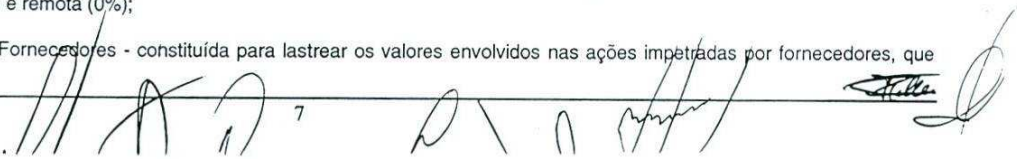
Provisão para Débitos de Agências de Correio Comercial (ACC) constituída mensalmente, à base de 50% do saldo registrado nas contas Inadimplentes, Inadimplentes com Cobrança Judicial e Descredenciadas com Cobrança Judicial.

Provisão para Valores em Cobrança Jurídica - constituída mensalmente, à base de 50% do saldo das subcontas Cheques em Cobrança Jurídica e Outros Direitos em Cobrança Jurídica, para fazer face às perdas decorrentes de valores ou títulos entregues ao órgão jurídico para cobrança;

Provisão para Empréstimo Compulsório - constituída à base de 100% do valor lançado a título de empréstimos compulsórios sobre aquisição de veículos e combustíveis, conforme Decreto 2288/86;

Provisão para Reclamações Trabalhistas/Cíveis - constituída mensalmente para fazer face às demandas judiciais oriundas de processos ajuizados contra a ECT. Valores definidos com base em pareceres da área jurídica, os quais têm como referência o grau de risco existente, classificados em perda provável (100%), possível (50%) e remota (0%);

Provisão para Ações de Cobrança de Fornecedores - constituída para lastrear os valores envolvidos nas ações impetradas por fornecedores, que tramitam na esfera judicial;



Provisão para Reservas a Amortizar/Postalis - por recomendação da Auditoria Externa, foi constituída a provisão no valor de R\$ 71,7 milhões em 2002, R\$ 77,6 milhões em 2003 e R\$ 79,6 milhões em 2004, totalizando R\$ 228,9 milhões, o que representa 62,73% de R\$364,9 milhões (R\$ 388,2 milhões em 2003), valor este constante no Balanço de encerramento do POSTALIS em 31.12.2004 e que deverá ser provisionado pela Empresa até 2006, para cobertura das reservas a amortizar referentes a serviços passados, conforme comentado na Nota16. O decréscimo de R\$23,3 milhões, de 2003 para 2004, decorreu do crescimento da folha de pagamento e a conseqüente contribuição da Empresa, reduzindo assim, as Reservas a Amortizar.

h) Imposto de Renda e Demais Tributos

A Empresa apura o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ com base no Lucro Real por períodos trimestrais. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidas do adicional de 10%, nos termos da legislação vigente.

Aplicam-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no que couber, inclusive quanto à opção pelo período de apuração e pagamento, as disposições da legislação do imposto de renda. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 9% incidente sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado pelas adições, exclusões e compensações determinadas ou autorizadas pela legislação vigente.

A Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas no período de janeiro a dezembro/04 à alíquota de 1,65% e 3%, respectivamente, sobre a receita total, efetuadas as exclusões e diferimentos permitidos pela legislação.

As demais obrigações tributárias estão em conformidade com as alíquotas estabelecidas pela legislação.

NOTA 4 - DISPONÍVEL

As disponibilidades da Empresa em 31/12/04 somam R\$ 1.097.079,227,13 (R\$ 759.665.925,49 em 2003), assim distribuídas: Caixa R\$ 118.962.396,61 (R\$ 69.730.010,68 em 2003), Bancos R\$ 244.238.224,39 (R\$ 125.169.263,52 em 2003) e Aplicações R\$ 733.878.606,13 (R\$ 564.766.651,29 em 2003).

Por ato do Conselho Monetário Nacional, que decidiu flexibilizar as restrições estabelecidas e dar maior liberdade operacional às empresas, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução nº 2.917, de 19/12/2001, autorizando a constituição de Fundo de Investimento Extramercado Comum e Fundos de Investimentos Exclusivos, para acolher as aplicações das disponibilidades resultantes de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta que exerçam atividades não sujeitas à Supervisão do Banco Central do Brasil. Em 31/12/04 o saldo de R\$ 733.878.606,13 representa o valor aplicado no Fundo Exclusivo 14.

NOTA 5 - CRÉDITOS

O saldo de R\$ 732.008.985,83 (R\$ 721.281.326,59 em 2003) refere-se aos direitos da Empresa com os usuários dos serviços, que estão representados por: Serviços Faturados R\$ 534.645.991,68 (R\$ 523.276.579,52 em 2003); Serviço a Crédito a Faturar R\$ 35.508.506,60 (R\$ 36.471.672,12 em 2003); Cartão de Crédito R\$ 818.066,03 (R\$ 122.306,19 em 2003); Tarifa Vale Postal a Faturar R\$ 718,75 (R\$ 1.154,69 em 2003); Outros Débitos de Clientes R\$ 39.194.802,43 (R\$ 41.392.680,33 em 2003); Débitos de ACFs R\$ 60.764.099,39 (R\$ 55.215.385,11 em 2003); Débitos de ACC Terceirizadas R\$ 3.280.667,83 (R\$ 1.431.732,47 em 2003); Débito de Agência de Correios Comunitária R\$ 214.359,88 (R\$ 216.938,88 em 2003); Débitos Internacionais R\$ 57.581.773,24 (R\$ 63.036.790,50 em 2003) estes, corrigidos pela variação do Direito Especial de Saque - DES e Outros Créditos, em 2003 R\$ 116.086,78, distribuídos em diversas rubricas que foram desmembradas no exercício de 2004.

NOTA 6 - ESTOQUES

O saldo dos estoques na data do balanço é de R\$ 83.576.009,77 (R\$ 39.296.513,64 em 2003), representado por materiais de consumo que foram registrados de acordo com o Parecer Normativo CST 06/79 e 199/70, ou seja, registro permanente do estoque emitido por sistema de processamento de dados (Sistema MAT). Desde o mês de novembro de 2004, os registros na contabilidade passaram a ser de forma automática, executados pelo Módulo de Estoque da Solução Integrada de Gestão - ERP, contemplando todas as operações de entrada e saída de produtos, materiais e mercadorias, inclusive em consignação que representa R\$ 45.244.225,34 e foram reconhecidos no Ativo da ECT.

NOTA 7 - DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$ 2.184.786,85 (R\$ 4.660.581,53 em 2003) representa despesas que serão apropriadas, parceladamente, num período maior que um mês, tais como: seguros, vale transporte, e outros.

NOTA 8 - OUTROS VALORES E BENS

O saldo de R\$ 256.551.571,31 (R\$ 143.370.562,84 em 2003) engloba entre outros: Adiantamentos concedidos a empregados e terceiros R\$ 67.335.899,73 (R\$ 49.077.643,61 em 2003); Valores a Compensar R\$ 99.042.984,76 (R\$ 19.685.039,46 em 2003), que são apropriações e retenções fiscais e parafiscais; Cobrança Jurídica/Inadimplência R\$ 65.132.698,69 (R\$ 55.152.370,49 em 2003), contabilizados pelo valor original e deduzidos das provisões para cobertura das perdas; Valores a Apurar R\$ 4.093.910,87 (R\$ 2.251.684,10 em 2003), relativos aos processos em andamento por delitos internos e externos, registrados pelo valor original e já deduzidos das provisões para cobertura das perdas; e outros créditos R\$ 20.946.077,26 (R\$ 17.203.825,18 em 2003).

NOTA 9 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Composição do saldo do grupo, no valor de R\$ 778.168.446,68 (R\$ 575.177.809,16 em 2003) está assim distribuído: Aplicações no Fundo Exclusivo 15 R\$ 247.474.513,31 (R\$ 175.311.328,46 em 2003); Fundo Exclusivo 13 R\$ 410.483.255,55 (R\$ 295.719.900,81 em 2003); Imóveis Funcionais R\$ 5.995.277,35 (R\$ 4.611.278,29 em 2003), resultante da alienação aos empregados com financiamento administrado pela Caixa Econômica Federal; Despesas Antecipadas R\$ 3.711.550,50 (R\$ 25.749.112,90 em 2003), relativas aos seguros a vencer por conta dos financiamentos externos; Depósitos Judiciais R\$ 103.126.624,08 (R\$ 65.866.123,47 em 2003), referentes aos depósitos judiciais efetuados pela Empresa em cumprimento aos autos de infração e reclamações trabalhistas; e Outros R\$ 7.377.225,89 (R\$ 7.920.065,23 em 2003).

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os recursos aplicados em Investimentos, depois de deduzidas as provisões, somam R\$ 6.179.932,37 (R\$ 6.180.397,94 em 2003). Parte do valor bruto, R\$ 28.061.890,63, está aplicada em Investimentos com Incentivos Fiscais - FINAM/FINOR, conforme art. 592, Decreto nº 3.000, de 26/03/1999 - RIR/99, cujos valores permaneceram inalterados em relação ao exercício anterior, assim distribuídos: Certificado de Investimento - FINOR; R\$ 14.327.803,96 Certificado de Investimento - FINAM R\$ 4.825.434,17; Depósito para Investimento - FINOR R\$ 940.357,76; Depósito para Investimento - FINAM R\$ 7.968.294,74. Com a finalidade de resguardar possíveis riscos de perdas no investimento foi provisionado o valor de R\$ 26.709.849,67 em 2002, ou seja, cerca de 95% do valor investido.

NOTA 11 - IMOBILIZADO e DIFERIDO

Em razão da entrada em produção do Módulo do Ativo Fixo, que passou a controlar os bens da Empresa e itens do Ativo Diferido, suas depreciações, amortizações e correção monetária, esta quando houver, procedeu-se aos ajustes das contas contábeis de Prédios, Terrenos e Bens Móveis. O saldo do Ativo Imobilizado ao final do exercício de 2004 apresentou o montante de R\$ 2.136.668.751,11 (R\$ 2.166.801.424,79 em 2003). Houve rescisão de contratos, no valor de R\$ 31.729.376,25, para fornecimento de equipamentos para a Mecanização da Triagem. Este valor está assim representado:

a) - R\$ 24.441.916,18 reclassificado para a conta Outros Direitos em Cobrança Jurídica, em virtude de cancelamento do contrato DEJUR/ECT - 10.572/01, firmado com a empresa Cegelec Ltda. no valor de R\$ 5.334.766,15 e R\$ 19.107.150,03 relativo ao contrato comercial DEJUR/ECT - 8909/97, rescindido com a Socièté Gènèrale.

b) - executada a garantia do contrato com a Socièté Gènèrale no valor de R\$ 7.287.460,07.

c) - o saldo do Ativo Imobilizado está assim composto:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	SALDO EM 2004	SALDO EM 2003
IMÓVEIS*	2004	2003
PRÉDIOS	534.877.229,47	583.661.942,62
TERRENOS	96.781.635,66	128.030.223,61
INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS PRÓPRIOS	156.691.982,43	124.845.039,99
BENFEITORIA EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	85.466.394,27	50.367.201,74
OBRAS EM ANDAMENTO	149.329.246,64	135.775.321,24
MÓVEIS		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	127.629.316,48	102.100.572,49
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.073.436.969,41	981.682.773,05
VEÍCULOS MOTORIZADOS	172.836.289,52	167.985.845,87
VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS	6.111.599,42	6.483.623,67
FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS	1.795.443,30	1.619.479,54
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	386.804.573,12	309.592.501,76
SOFTWARE, LICENCIAMENTO E SIMILARES	120.395.150,31	30.890.635,15
AQUISIÇÕES EM ANDAMENTO	84.754.664,04	273.866.700,40
BENS INTANGÍVEIS	337.735,74	337.735,74
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(860.579.478,70)	(730.438.172,08)
Total Geral	2.136.688.751,14	2.166.801.424,79

O saldo do Ativo Diferido ao final de 2004 apresentou o total de R\$ 30.353.055,00 (R\$ 34. 882.721,78 em 2003).

NOTA 12 - PASSIVO CIRCULANTE

DIVIDENDO A PAGAR - à União, acionista único, é garantido um dividendo de pelo menos 25% do lucro do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6404/76, correspondente a R\$ 75.270.619,99, (R\$ 68.449.936,38 em 2003). Em despacho, de 27/12/2004, exarado pelo Ministro de Estado da Fazenda, com base no art. 4º do Decreto 2.673, de 16.07.1998, foi aprovada a destinação de 50% do lucro da ECT para a União relativo ao exercício de 2003. Em função dessa decisão ministerial, a Diretoria da ECT, em reunião realizada em 29/12/2004, deliberou por atendê-la e ensejou o recolhimento do montante da complementação de 25%. Os dividendos, de 2003, que eram R\$ 68.449.936,38 passaram para R\$ 136.899.872,76 acrescidos da atualização monetária de R\$ 14.942.980,46. Considerando que 25% correspondentes a R\$ 68.449.936,38, acrescido da atualização monetária de R\$ 3.929.321,47, já haviam sido recolhidos, em 18.05.2004, à Secretaria do Tesouro Nacional, procedeu-se,

em 29/12/2004, ao recolhimento do restante de R\$ 79.463.595,37, ou seja, R\$ 68.449.936,38 acrescidos da atualização monetária de R\$ 11.013.658,99. O valor de R\$ 68.449.936,38, correspondente a segunda parcela, foi retirado da conta Lucros Acumulados que havia sido creditada pela transferência do lucro líquido do exercício de 2003 e o valor de R\$ 11.013.658,99, relativo à atualização monetária, foi contabilizado como despesa no exercício de 2004.

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS – o saldo de R\$ 140.705.662,09 (R\$ 113.303.598,41 em 2003), refere-se aos valores de terceiros, recebidos pela ECT mediante contratos para prestação de serviços de recebimentos de contas, de remessa de valores ou venda de produtos de terceiros em consignação, recebimento para o POSTALIS, captação de depósitos para o Banco Postal (BRADESCO) e outras.

ADIANTAMENTO DE CLIENTES – o saldo de R\$ 360.733.279,28 (R\$ 334.007.319,12 em 2003), refere-se aos recursos de terceiros em poder da Empresa, está composto, entre outros valores, da seguinte forma: Filatelistas R\$ 366.435,79 (R\$ 401.458,79 em 2003); Adiantamentos de Clientes R\$ 8.158.556,75 (R\$ 11.683.788,12 em 2003); Depósitos do INSS para Pagamento de Benefícios R\$ 344.797.711,94 (R\$ 299.875.290,85 em 2003).

CONTAS INTERNACIONAIS A PAGAR – o saldo de R\$ 49.166.776,34 (R\$ 53.586.844,21 em 2003) representa as obrigações da Empresa para com as Administrações Postais, Operadores Privados e Cias. Aéreas, corrigidas pela variação do Direito Especial de Saque - DES.

PROVISÕES – o saldo de R\$ 72.380.497,94 (R\$ 57.765.718,30 em 2003) dentre outras, refere-se às provisões constituídas para fazer face às possíveis coberturas de ações judiciais interpostas por fornecedores e Cias. Aéreas totalizando R\$ 72.188.018,11 (R\$ 57.765.718,30 em 2003); Outras Provisões Tributárias R\$ 192.479,83, saldo de 2003 inalterado em 2004.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – o saldo de R\$ 55.383.210,20 (R\$ 61.909.682,25 em 2003) representa os valores vencíveis em 2005, transferidos do Exigível a Longo Prazo para o Passivo Circulante, referentes ao financiamento da Mecanização da Triagem – MECTRI.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS – o saldo de R\$ 22.707.620,71 (R\$ 13.689.987,28 em 2003) corresponde ao valor calculado com base nos critérios de retorno financeiro estabelecidos pela Empresa e deverá ser pago aos empregados, provavelmente, em abril/05.

RECEITAS A APROPRIAR – R\$ 15.311.906,47 (R\$ 63.757.717,24 em 2003): desse total, R\$ 11.240.029,01 representa a parcela registrada no Passivo Circulante do valor de R\$31.000.000,00 depositado pelo Banco Bradesco S.A. relativo às luvas para ampliação do atendimento das atividades de correspondente bancário em 1.465 agências de Correios Franqueadas, 289 agências de Correios Permissionárias, 199 agências de Correios Próprias e 568 agências de Correios Comunitárias, conforme Contrato DEJUR 12.913, de 20.09.2004, correspondente ao 4º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário nº 10.805/2001. O restante, R\$ 4.071.877,46 refere-se à apropriação de aluguel de caixa postal, que também deverá ser apropriado em 2005 às receitas.

OUTROS DÉBITOS – R\$ 3.543.252,78 (R\$ 13.679.682,13 em 2003), destacando-se o valor de R\$ 3.385.990,22 relativo às cauções depositadas por fornecedores. Em relação ao exercício de 2003, houve desmembramento do item Receitas a Apropriar desta rubrica.

NOTA 13 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - a conta de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 368.798.094,84 (R\$ 476.311.664,25 em 2003), está assim constituída:

- financiamentos em moeda estrangeira, que somam R\$ 321.753.556,63 (R\$ 408.282.942,84 em 2003), com períodos de amortização entre cinco e dez anos com garantias do Banco do Brasil S/A, cuja composição de saldo é a seguinte:

Agente financeiro	Vigência	Moeda	Valor do Contrato	Cotação 31/12/04	Valor Integral do Contrato em 31/12/04	Saldo a Liquidar até 31/12/04	Saldo a Liquidar até 31/12/03
					R\$	R\$	R\$
KFW (Alemanha)	28.02.00	EUR	62.129.884,50	3,61949	224.878.495,64	153.479.557,13	180.881.555,81
JBIC/Marubeni Corporation (Japão)	12.05.00	JPY	*8.773.868.531,00	0,025935	227.550.280,35	121.911.226,36	138.994.755,76
Danske Bank A/S (Dinamarca)	14.06.00	EUR	**18.246.872,50	3,61949	66.044.372,54	46.362.773,14	55.775.472,43
TOTAL					518.473.148,53	321.753.556,63	***375.651.784,00

* Em 11/06/2004 foi assinado o 8º Termo Aditivo o que aumentou o valor do contrato em ¥1.934.786.983,00.

** A redução do valor de € 18.251.878,23 para o valor atual deve-se a não utilização do seguro disponibilizado.

*** O agente financeiro Sociè Generale (França) não constou neste demonstrativo, a exemplo de 2003, em face da rescisão dos Contratos 10.283/00 e 10.284/00, firmado entre a ECT e aquele agente financeiro. Este cancelamento foi em decorrência da rescisão do contrato comercial 8909/97 firmado pela ECT com o Consórcio formado pelas sociedades CEGELEC LTDA., SOLYSTIC e SOMEPOST. Resta, ainda, a devolução por esse Consórcio de R\$ 19.107.150,03 que a ECT havia adiantado, conforme cláusula contratual, para entrega dos equipamentos. A ação de ajuizamento está sendo proposta pelo Departamento Jurídico da ECT.

- financiamentos em moeda nacional, cujo saldo em 31/12/2004 era de R\$ 65.862.353,50, está composto de R\$ 47.044.538,21 registrado no EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, e R\$ 18.817.815,29 no PASSIVO CIRCULANTE. Refere-se ao projeto do Sistema de Rastreamento de Objetos/SRO, contrato 8883/97, firmado com a IBM do Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., correspondente a 85% financiado pelo próprio fornecedor. Em 2004 foram pagas 12 parcelas, restando ainda 42 para pagamento.

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - a Empresa, baseada em avaliação da sua área jurídica, constituiu provisão para contingências de naturezas Trabalhistas, Tributárias e Cíveis até o ano de 2003. Em 2004, as provisões tributárias foram revertidas para a receita, conforme parecer do Departamento Jurídico da Empresa por meio da CI/DGCO/DEJUR - 1.569/2004. No exercício de 2004, a provisão para contingência apresentou saldo contábil de R\$ 182.097.270,58 (R\$ 113.147.122,82 em 2003) que está assim composto: Contingências Trabalhistas R\$ 145.677.774,21 e Contingências Cíveis R\$ 36.419.496,37.

TRIBUTOS COMPENSADOS - o saldo dessa rubrica ao final do exercício importou em R\$ 78.636.696,61 (R\$ 75.115.529,68 em 2003) e refere-se a valores de tributos não recolhidos e compensados com créditos apurados em trabalho realizado pela IAB - Assessoria Tributária Ltda.

MANDADOS E PRECATÓRIOS - O saldo de R\$ 68.946.320,27 (R\$ 86.754.905,22 em 2003) representa as obrigações da Empresa por determinação judicial, cujos pagamentos deverão ocorrer até 31 de dezembro do exercício subsequente.

OUTROS DÉBITOS - R\$19.759.970,99 representa a parcela registrada no Exigível a Longo Prazo, na rubrica Receitas a Apropriar, conforme comentado na Nota 12 referente às luvas do Banco Bradesco S.A.

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL - o Capital Social da Empresa é de R\$ 1.143.668.303,20, conforme Decreto s/nº de 08 de agosto de 2002 (DOU nº153, Seção 1, de 09/08/02).

RESERVAS DE CAPITAL - OUTRAS RESERVAS: o montante de R\$ 31.730.843,33 (R\$ em 31.642.990,81 2003) refere-se a aplicações em incentivos fiscais e recebimento de bens em doações de órgãos públicos.

RESERVAS DE LUCROS - RESERVA LEGAL: o valor de R\$ 75.896.065,49 (R\$ 60.049.619,18 em 2003) representa o destaque de 5% do lucro líquido dos exercícios de 2001, 2002, 2003 e 2004, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76, e se destina a assegurar a integridade do Capital Social.

RESERVAS DE LUCROS - RESERVA PARA PROJETOS DE INVESTIMENTO: o valor de R\$ 361.032.596,30 foi constituído para cobertura de parcela de investimentos da ECT, conforme aprovação, em 27/12/02, pelo Ministro de Estado da Fazenda, comunicada pelo OF 1946/PGN/PGA - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, de 30/12/2002, com vistas ao atendimento do programa de modernização estrutural, empresarial e tecnológico da Empresa.

LUCROS ACUMULADOS: o registro desta conta, no valor de R\$ 652.036.400,73 (R\$ 494.674.477,12 em 2003), representa o saldo dos lucros auferidos pela Empresa a partir do exercício de 2002, já deduzidos a Reserva Legal e os Dividendos da União.

NOTA 15 - REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

Atendendo ao disposto no artigo 3º do Decreto 95.524, de 21/12/87, estão demonstradas, abaixo as menores e as maiores remunerações percebidas por dirigentes e empregados da Empresa, no mês de encerramento do exercício, acrescidas de um duodécimo das parcelas pagas com periodicidade diversa da mensal, como segue:

REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS	MENOR REMUNERAÇÃO	SALÁRIO MÉDIO	MAIOR REMUNERAÇÃO
Dirigentes	15.182,36	-	17.027,09
Empregados	448,28	880,44	14.189,24

NOTA 16 - FUNDO DE PENSÃO

A ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, através de plano de benefício definido. Suas reservas matemáticas são calculadas atuariamente e revisadas anualmente. A ECT contribui com uma parcela mensal de, no máximo, 8,921% da folha de pagamento, composta da taxa de contribuição normal (paritária entre a patrocinadora e o participante) e da taxa de contribuição especial (4,926%), destinada à cobertura das reservas a amortizar referente a serviços passados, cujo montante em 31/12/2004 é de R\$ 364,9 milhões (R\$ 388,2 milhões em 2003), para o qual já houve apropriação de R\$ 228,9 milhões no resultado da ECT, de forma linear desde 2002, conforme IN/CVM nº 371, de 13.12.2000 e NPC 26 do IBRACON. A diferença, no valor de R\$ 136,0 milhões, será apropriada no resultado da Empresa em três anos, até 2006. Não se confirmou a previsão da implantação, no decorrer de 2004, do novo Plano de Benefícios da Contribuição Definida - POSTALPREV, cujo regulamento foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social - MPAS. No entanto, espera-se que essa implantação ocorra em 2005.

Os valores acima foram determinados com base nos cálculos atuariais procedidos pelos atuários contratados pelo POSTALIS. O método de apuração adotado foi o do Programa Maior, objetivando manter consistência com a apuração efetuada no POSTALIS (e não o método da Unidade de Crédito Projetada - PUC, sugerido pelo Instituto dos Auditores Independentes, que se adotado não afetaria relevantemente o resultado, o patrimônio líquido e os respectivos indicadores econômico-financeiros da ECT).

As contribuições referentes ao ano de 2004 foram repassadas ao POSTALIS, totalizando ao final do exercício R\$ 121.592.962,87 (R\$ 105.448.861,38 em 2003).

NOTA 17 - EVENTOS SUBSEQÜENTES**IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DA ECT**

Em 06 (seis) acórdãos do Supremo Tribunal Federal foi reconhecida a imunidade tributária da ECT. A Diretoria da Empresa, na REDIR-050/2004, aprovou o Relatório/PR-207/20004, autorizando o não-pagamento dos seguintes tributos: IPTU, IPVA, ICMS e ISSQN.

CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os contratos de empréstimos e financiamentos contém cláusulas que incidem juros a transcorrer até o final do contrato. A ECT adota o critério de contabilizar esses juros no mês de pagamento. O total dos juros a incorrer em 31/12/2004 para o período de 2005 a 2015 estava assim composto: K.F.W. - KREDITANSTALT FÜR WIEDERANFBAU - R\$ 49.015.347,69; DANSKE BANK S/A - R\$ 11.417.102,63; MARUBENI CORPORATION - R\$ 7.123.518,73; JBIC - JAPAN BANK FOR INTERNATIONAL COOPERATION - R\$ 11.875.292,06; totalizando R\$ 79.431.261,11. Os juros foram calculados pela cotação da moeda original dos contratos em 31/12/2004.

CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

A Lei 10.833/2003 alterou a alíquota da COFINS de 3% para 7,6% com vigência a partir de 01.02.2004. Além disso, a referida Norma alterou a Lei 9.430/96 ampliando para as empresas em que a União tenha participação acionária, além dos órgãos da administração direta e indireta, a obrigação de fazer retenção, a título de IRPJ, CSLL, COFINS e PASEP, nos pagamentos efetuados a pessoas jurídicas. Para isso, houve adaptação dos sistemas para cumprir com esta obrigação. Além dessa adequação, a partir daquela data, a Empresa passou a provisionar o resultado correspondente a 7,6% e, conforme entendimentos da área jurídica da ECT, o recolhimento limitou-se ao percentual de 3%. Com o advento da Lei 10.925, de 23/07/2004, que em seu Art. 5º alterou, entre outros, o Inciso XXII da Lei 10.833/2003, que isentou "as receitas decorrentes da prestação de serviços postais e telegráficos prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos", o percentual voltou a ser de 3%. Assim, foi estornado no decorrer do segundo semestre de 2004, o valor de R\$105.866.881,69 que havia sido provisionado e não recolhido.

DEPRECIÇÃO – MECANIZAÇÃO DA TRIAGEM

A depreciação dos equipamentos da mecanização da triagem, até o ano de 2003, iniciava-se pelo Termo de Aceitação Final e conseqüente incorporação pela área de patrimônio. A partir de 2004, esse procedimento foi alterado, passando o início da depreciação com a emissão do Termo de Aceitação inicial, considerando os desgastes dos equipamentos no longo período de testes iniciais.

ATIVO IMOBILIZADO


A Empresa concluiu no exercício de 2004, a implantação do módulo do Ativo Fixo do ERP, e nesse processo foi identificada uma divergência entre a posição patrimonial/operacional e saldo contábil no montante de R\$190.252 mil. Essa divergência se encontra em processo de conciliação e os possíveis ajustes serão efetuados quando do término dessa conciliação.



JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA
Presidente



RICARDO HENRIQUE SUNER CADDAH
Diretor Econômico-Financeiro



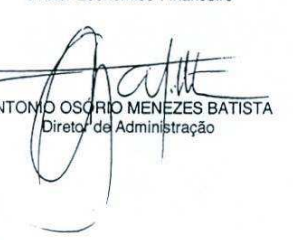
CARLOS E. FIORAVANTI DA COSTA
Diretor Comercial



EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS
Diretor de Tecnologia e de Infra-Estrutura




MAURÍCIO COELHO MADUREIRA
Diretor de Operações



ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
Diretor de Administração




ROBINSON KOURY VIANA DA SILVA
Diretor de Recursos Humanos



ILDO RONY DE MOURA
Contador CRC/RS-041.505/T-0

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, levantado em 31 de dezembro de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
 - 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
 - 3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em 31 de dezembro de 2004, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
 - 4 Conforme nota explicativa no. 17, durante o exercício de 2004, a Empresa concluiu a implantação do módulo do ativo imobilizado do sistema integrado de gestão, e foi identificada uma divergência entre a posição patrimonial/operacional e contábil no montante de R\$ 190.252 mil. Essa divergência se encontra em processo de conciliação por parte da Empresa, contudo até o término do nosso exame esse trabalho não tinha sido concluído. Dessa forma, em virtude do atual estágio do processo, no momento, não foi possível determinar o seu desfecho, bem como os possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.
- 

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

- 5 A Empresa está em tratativas adiantadas para celebrar um acordo com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, relativo a valores a receber e a pagar, pendentes de acerto financeiro há longa data, estando esse processo sendo analisado presentemente na Advocacia Geral da União - AGU. Em 31 de dezembro de 2004, esses valores correspondiam, respectivamente a R\$ 37.721 mil e R\$ 178.107 mil. Dessa forma, em razão do atual estágio das negociações, no momento, não foi possível determinar o seu desfecho, bem como os possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.
- 6 As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003 e que estão sendo apresentadas para fins comparativos também foram examinadas por nós, e nosso parecer, datado de 22 de março de 2004, foi emitido sem ressalva e com parágrafo de ênfase do mesmo assunto mencionado no 5.

Brasília, 22 de abril de 2005.



Alexandre Ralf Slavic
Sócio-Contador
CRC 1SP207032/O-5 "S" DF
Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" DF